

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
HISTÓRIA – LICENCIATURA

JULIA PIOLLI DOS SANTOS

ENTRE O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL E A MUSEOLOGIA SOCIAL:
a proposta de implantação do Ecomuseu de Itaipu

Foz do Iguaçu

2019

JULIA PIOLLI DOS SANTOS

ENTRE O IMPACTO SOCIOAMBIENTAL E A MUSEOLOGIA SOCIAL:

a proposta de implantação do Ecomuseu de Itaipu

Trabalho realizado sob orientação da professora Ana Rita Uhle, como requisito para a obtenção do diploma de licenciada em História pela Universidade Federal da Integração Latino Americana.

Foz do Iguaçu

2019

Entre o impacto socioambiental e a museologia social: a proposta de implantação do Ecomuseu da Itaipu

Julia Piolli dos Santos

Resumo:

O presente artigo visa analisar o projeto museológico do Ecomuseu de Itaipu, localizado em Foz do Iguaçu. Previsto desde o período de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o museu surge como ação mitigadora dos impactos socioambientais causados pela construção da Itaipu. Analisamos um conjunto de documentos, entre eles o Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente (1975), que previa a construção de um museu, e o plano diretor do Ecomuseu de Itaipu, elaborado pela museóloga Fernanda de Camargo Almeida-Moro em 1986. Exploramos um conjunto de referências bibliográficas acerca da museologia social e da ecomuseologia, a partir da compreensão de que há um percurso histórico nas concepções museológicas desde o século XIX, quando começam a se popularizar pelo mundo. Após análise documental e bibliográfica constatamos que o Ecomuseu de Itaipu possui condição singular, dada a natureza da proposta e as condições de implantação no contexto da Usina de Itaipu.

Palavras-chave: Ecomuseu; Itaipu; Ecomuseologia; Museologia Social.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo analizar el proyecto museológico del Ecomuseo de Itaipú, ubicado en Foz de Iguazú. Previsto desde el período de construcción de la Central Hidroeléctrica de Itaipú, el museo aparece como una acción mitigante sobre los impactos sociales y ambientales causados por la construcción de Itaipú. Analizamos un conjunto de documentos, incluido el Plan Básico de Conservación Ambiental (1975), que preveía la construcción de un museo, y el plan maestro del Ecomuseo de Itaipú, preparado por la museóloga Fernanda de Camargo Almeida-Moro en 1986. Exploramos un conjunto de referencias bibliográficas sobre museología social y ecomuseología, desde el entendimiento de que existe un curso histórico en las concepciones de museos desde el siglo XIX, cuando comenzaron a hacerse populares en todo el mundo. Después de un análisis documental y bibliográfico, encontramos que el Ecomuseo de Itaipú tiene una condición única, dada la naturaleza de la propuesta y las condiciones de implementación en el contexto de la Planta de Itaipú.

Palabras clave: Ecomuseo; Itaipú; Ecomuseología; Museología Social.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa acerca do Ecomuseu de Itaipu, localizado em Foz do Iguaçu, e suas condições de implantação no contexto político e social da época em questão. Aqui, será explorada a singularidade desse museu, suas especificidades e seu projeto que surge no fluxo da Nova Museologia. Ademais, as circunstâncias da implantação desse museu serão abordadas levando em consideração que este surge como uma ação para atenuar os impactos socioambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu surge de intensas negociações entre Brasil e Paraguai, desde a década de 1960. Após 1964 ambos países viviam em regimes ditatoriais. O Paraguai estava sob comando do presidente militar Alfredo Stroessner desde 1954 e durante esse período as tentativas de aproximação entre Brasil e Paraguai foram diversas e só se deram de fato após a inauguração da Ponte Internacional da Amizade, em 1965. O presidente do Brasil era o militar Humberto de Alencar Castelo Branco e após a inauguração da ponte estreitou relações com o então presidente do Paraguai.

No ano de 1966 assinaram a *Ata do Iguaçu*¹, uma declaração conjunta que expressava a disposição de estudar o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná no percurso que divide os dois países. Foi criada, então, no ano seguinte, uma Comissão Técnica Mista Brasil - Paraguai, que colocou em prática os estudos previstos na Ata do Iguaçu. Em 26 de abril de 1973 foi firmado entre Brasil e Paraguai o Tratado de Itaipu, criando, assim, a Itaipu Binacional e delimitando a exploração do Rio Paraná unicamente em relação mútua entre os dois países, desde as Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu. As obras da construção da usina iniciaram em janeiro de 1975.

Construída em Foz do Iguaçu – PR e inaugurada em maio de 1985, a usina aproveita o grande potencial hídrico do Rio Paraná, dada sua vazão de água. Todavia, para sua construção, diversos impactos foram inevitáveis e estavam previstos antes mesmo do alagamento que daria origem ao reservatório. As margens do Rio Paraná eram habitadas por camponeses, indígenas do grupo Avá-Guarani, além de uma diversidade de animais, plantas e peixes que tinham como habitat, além das margens, o próprio rio. Nesse sentido, foram necessárias ações de realocação e remanejamento dessas populações para outros lugares. Foram

¹ Acervo online da Itaipu Binacional

feitos, também, pagamentos de indenização para as famílias afetadas, bem como o reassentamento de indígenas. Contudo, nem todos os grupos indígenas da região foram reconhecidos, estes ficaram sem respaldo da binacional e até hoje lutam pelo direito da demarcação das terras que se encontram sob domínio da empresa². Dos camponeses afetados, muitos migraram para cidades vizinhas e, alguns, posteriormente, passaram a fazer parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (MATIELLO; QUELUZ, 2011)

Ademais, houve um crescimento populacional alarmante na cidade de Foz do Iguaçu. Se na década de 1960 a cidade possuía cerca de 30 mil habitantes, após o início da construção da barragem, na década de 1970, a cidade marcava cerca de 136 mil habitantes, um aumento de 300% na sua população. Isso porque pessoas de diversos lugares do Brasil iam para Foz do Iguaçu em busca de emprego na gigantesca obra de engenharia que se tornaria a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Ao passo que a obra tomava suas formas, os impactos socioambientais se concretizavam. A partir dos estudos feitos previamente pela Comissão Técnica Mista Brasil - Paraguai, elaborou-se, em 1975, o Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente, que propunha a criação de inventários para auxiliar na atenuação dos impactos socioambientais por meio de projetos. Nesse contexto, foi sugerida a criação de um Museu de Arqueologia para salvaguarda e exposição do acervo arqueológico e um Museu de História Natural, para salvaguarda e exposição do acervo botânico, faunístico e florestal.

Contudo, somente cerca de dez anos depois o Projeto Museu começou a tomar forma. Em 1986 inicia-se a elaboração do Plano Diretor do Ecomuseu de Itaipu, uma proposta diferente de tudo o que já havia sido feito na área da museologia na América Latina. O Ecomuseu de Itaipu, inaugurado em 1987, é uma iniciativa da Itaipu Binacional, como parte do seu Plano Diretor da Área do Reservatório, que tem como finalidade propiciar as funções de coleta, pesquisa, conservação, interpretação, apresentação e explicação da região de abrangência da Itaipu Binacional, a fim de mitigar os impactos socioambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

² O Ministério Público Federal produziu uma pesquisa que mostra as violações de direitos sofridas pelos Avá-Guarani. O documento comprova que a etnia foi excluída do processo de reassentamento e reparação, inclusive por ações de órgãos de Estado, como a Funai e o Incra, e da própria Itaipu Binacional.

2. O INÍCIO DAS AÇÕES DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

O *Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente*, de 1975, abordava dados relacionados ao meio ambiente físico (localização geográfica, clima, hidrologia, geomorfologia e geologia), meio ambiente biológico (terrestre e aquático) e meio ambiente social (aspectos socioeconômicos, arqueológicos, históricos e epidemiológicos). Além de ser ter sido dividido em quatro etapas para ordenar o desenvolvimento das ações:

- a) Enunciação dos problemas sobre o Meio Ambiente que exerçam influência direta no funcionamento da hidrelétrica, incluindo aqueles provocados pela obra.
- b) Identificação dos projetos específicos a serem elaborados para a proteção da hidrelétrica e do meio ambiente regional, procurando atenuar o impacto ambiental resultante.
- c) Definição dos projetos gerais de uso múltiplo do Reservatório com o esquema da respectiva integração institucional
- d) Proposição de uma estrutura administrativa na Itaipu, para controle dos projetos; assim como também uma estimativa orçamentária dos trabalhos. (ITAIPU BINACIONAL, 1975)³

A ação proposta pelo *Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente* de atenuação dos impactos socioambientais envolvia a elaboração de inventários de estudos hídrico, florestal⁴, faunístico, ictiofaunístico e arqueológico, para levantamento das populações envolvidas nos meios biológico e social da região de abrangência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, bem como a qualidade da água, solo e clima.

Cabe enfatizar, aqui, que as proposições feitas pelo *Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente* são ações que visam o pleno funcionamento da usina. Ou seja, as ações a serem tomadas deveriam garantir que a capacidade de geração de energia não fosse comprometida por problemas no meio ambiente físico, biológico e social. Tal posicionamento pode ser explicado pela política de desenvolvimento econômico adotada pelos presidentes militares dos dois países, que defendiam a construção da usina mesmo com os impactos irreversíveis previstos no *Plano Básico de Conservação*, como por exemplo a submersão de

³ Arquivo do Ecomuseu de Itaipu

Sete Quedas (Salto del Guairá), inundação de sítios arqueológicos, de cerca de 800 km² de terras agrícolas e 600 km² de áreas florestais, terras ocupadas e locais de possíveis sítios arqueológicos desconhecidos.

As desapropriações de terras previstas obrigaram muitos grupos indígenas que viviam às margens do Rio Paraná a se deslocarem para outras regiões, alterando seu ciclo de mudança territorial baseado em fatores religiosos e de aproveitamento da terra fértil. Cerca de 19 famílias de indígenas foram reassentadas na Reserva Indígena do Ocoy, em 1982. Entretanto, sabe-se que os levantamentos feitos pela Itaipu desconsideravam inúmeras aldeias e pontos de ocupação guarani. Havia, na época, cerca de 36 locais de ocupação permanente dos Guarani, que totalizavam quase o dobro do que era apontado por Itaipu, que classificava os indígenas como posseiros pobres, estrangeiros ou paraguaios recém-chegados. (ALCÂNTARA, 2019, p.62)

Em 1975, foi firmado um convênio, através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), entre a Itaipu Binacional e o Ministério da Educação e Cultura para a criação do Projeto Arqueológico Itaipu, sob coordenação do arqueólogo Igor Chmyz. Foram localizados 237 sítios arqueológicos e a análise do material recolhido possibilitou a reconstituição do povoamento da área da usina no período entre 6000 c.C. e 1920 d.C. Da mesma maneira, foram feitos levantamentos dos animais e da vegetação da região onde foram identificados cerca de 1.600 espécies de insetos, 623 espécies botânicas, 70 espécies de mamíferos, 252 espécies de aves e 23 espécies de répteis.

Nesse contexto, a política ambiental indicava a necessidade da criação de um Museu de Arqueologia para armazenamento e exposição do acervo obtido através dos estudos, pesquisas e inventários feitos na área de abrangência da Usina que abarcavam temas como arqueologia e história regional e um Museu de História Natural para armazenamento e exposição do acervo faunístico, florestal, botânico, ictiofaunístico, entre outros.

3. ASPECTOS DA IMPLANTAÇÃO DO ECOMUSEU DE ITAIPU

No início de outubro de 1985, a museóloga Fernanda Camargo Almeida-Moro participou de uma reunião com a Fundação MUDES – Fundação Movimento Universitário de

Desenvolvimento Econômico e Social, representando a empresa MUSEION – Centro de Estudos Museológicos e Ciências do Homem, para a implantação de um museu previsto para a Itaipu. Das ações propostas pelo *Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente* (1975), diversos projetos começaram a tomar forma, como por exemplo o Reflorestamento da Faixa de Proteção, criação de Refúgios Biológicos e o Manejo Ictiofaunístico. Entretanto, o Projeto Museu estava parado. Segundo Moro (1986), os espécimes naturais relativos à flora, fauna e geologia, além do material das escavações arqueológicas, estavam acondicionados no Refúgio Biológico Bela Vista.

Para Feijó (2019), a implantação do Ecomuseu de Itaipu foi impulsionada pela indicação do político paranaense Ney Braga para a diretoria-geral brasileira da Itaipu Binacional, em 1985. Segundo ela, o então diretor-geral foi o principal incentivador para que o Projeto Museu saísse do papel, devido a sua carreira com inclinação para a cultura. Ressalta, ainda, que o mesmo foi Ministro da Cultura e que, em 1975, criou a FUNARTE – Fundação Nacional das Artes, que tinha como missão promover, estimular e desenvolver atividades culturais no território nacional.

Os museus propostos pelo Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente (1975) tinham como finalidade expor tais espécimes, além de peças com valor histórico. Moro (1986), entretanto, aconselhou a construção de um museu diferente, baseado em novos pressupostos museológicos que estavam em ascensão. Segundo a museóloga, “não seria cabível que uma obra como a Itaipu tivesse em seu desenvolvimento cultural um museu que não acompanhasse as novas propostas de interpretação do patrimônio.” (MORO, 1986, p.3)

Para compreender as proposições de Moro para o museu previsto para a Itaipu é necessário dilucidar que existe um percurso histórico a ser estudado a cerca da museologia entre os séculos XIV e XX, bem como uma mudança que redicionaria os museus, tidos como tradicionais, para um novo caminho, aliando desenvolvimento comunitário e preservação do meio ambiente.

De acordo com Chagas (2018), a partir da década de 1960 houve uma ruptura no comportamento, nas tradições estabelecidas, nas práticas religiosas, nas escolas, teatros e museus. As críticas a essas instituições e práticas partiram principalmente de movimentos sociais, intelectuais e da juventude que as questionavam. Surge, nesse contexto, a abertura para que novas formas de pensar e fazer museus fossem colocadas em prática. Para o autor,

essa foi, “em certa medida, a origem de algumas reflexões e práticas do que se convencionou denominar de nova museologia” (CHAGAS, 2018, p.76).

Percebe-se, de acordo com o raciocínio exposto por Chagas, que o surgimento dessa nova onda museológica tem uma relação direta com as demandas e necessidades da sociedade. Essa condição é relacionada à elitização dos “museus tradicionais” que perpetuavam até o momento em questão. Tal argumento é comprovado por Varine (2000), que explicita que, entre os anos de 1965 e 1970, cerca de 90% dos moradores de uma cidade jamais haviam visitado os museus de sua região.

Tais perspectivas museológicas tiveram início na Europa, durante a década de 1960. Todavia, refletiram rapidamente para outros lugares do mundo⁵, sobretudo após a IX Conferência Geral do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), em 1971, onde foi declarado por Stanistas Adotévi e Mario Vásquez: “a revolução do museu será radical, ou o museu desaparecerá.” (CHAGAS, 2018).

Moro (1986) traz essa nova perspectiva museológica para a Itaipu associando as necessidades de preservação do meio ambiente e de desenvolvimento territorial de caráter econômico, social e tecnológico. Nesse aspecto, nasce o Ecomuseu de Itaipu, que se tornaria o primeiro Ecomuseu do Brasil e da América Latina. Já em janeiro de 1986 a proposta é aprovada e o Plano Diretor do Ecomuseu de Itaipu⁶ começa a ser elaborado pela museóloga.

O documento trata a região de abrangência da Itaipu Binacional, que inicialmente eram os dezesseis municípios lindeiros ao lago, como um conjunto de elementos naturais e culturais representativos de um meio ambiente homogêneo e indissolúvel. Moro (1986), sugere que o Ecomuseu de Itaipu seja pensado em duas partes, que formam o todo: o núcleo central e as antenas. A primeira, consiste no prédio onde o museu se localiza, o antigo Centro Admissional da UNICON (União de Construtoras Ltda.)⁷. Este, funcionaria como o centro interpretativo do território, com exposições e atividades pensadas para que a comunidade compreenda a região, o homem, sua obra e seu meio ambiente através do tempo e espaço. A

⁵ Nos Estados Unidos e no Chile houveram tentativas de realizar, nos guetos e favelas, projetos de museus feitos pelo povo e para o povo. (VARINE, 2000)

⁶ Arquivo do Ecomuseu de Itaipu

⁷ O prédio onde foi instalado o Ecomuseu de Itaipu era o Centro Admissional da UNICON, empresa responsável pela construção civil da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Pessoas de toda parte do Brasil formavam filas enormes em frente ao prédio em busca de emprego.

segunda, diz respeito às estações de preservação, como por exemplo, os Refúgios Biológicos, casas e centros de memória e centros comunitários.

Moro delimita as ações do museu, explicitando os padrões mínimos para o seu funcionamento, políticas culturais, pessoal, exposições, financiamento, entre outros. Ademais, divide o museu em quatro setores, facilitando, assim, a sistematização das atividades. A setorização, sugerida por Fernanda Moro em seu Plano Diretor, consiste em: setor de museologia e conservação; setor de pesquisa e documentação; setor de informação e dinamização; e setor de administração e serviços gerais. Ficaria sob responsabilidade dos três primeiros o levantamento da memória coletiva, ciclos de estudo de memória popular, planejamento de coleta e um cadastramento da região para o perfilamento do museu.

Propõe, ainda, atividades de Educação Ambiental, sendo essa principal proposta educativa do Ecomuseu. Para Moro, a educação ambiental é importante para a compreensão do todo em que a comunidade está inserida:

A educação ambiental estabelece um convívio sadio entre o homem e o meio ambiente em que vive. Este convívio é imprescindível dentro do processo de preservação do meio ambiente, pois através dele chega-se a um grau de entendimento profundo e afetivo e não apenas a uma compreensão razoável. Este entendimento e afeição por parte da comunidade envolvida serão sempre os elementos de maior combatividade dentro do processo de preservação do meio ambiente interpretado sob o ponto de vista de um todo sistêmico. (MORO, 1986, p.35)

As ações educativas são, no Plano Diretor, função do Setor de Informação e Dinamização e devem ser executadas com os recursos do Ecomuseu, tendo como objetivo a preservação da região, incluindo os espaços naturais selvagens, espaços naturais humanizados e as espécimens.

4. ECOMUSEU: CONCEITO E ADAPTAÇÕES

Conforme explicitado anteriormente, existe um percurso histórico a ser explorado na museologia. Quando, a partir da década de 1960, iniciaram-se os debates e questionamentos

acerca dos museus tidos como tradicionais, abre-se espaço para que novas formas de pensar e fazer museus fossem colocadas em prática. Mais além, era necessária uma transformação, não só nas estruturas, mas uma mudança de concepção. O museu tradicional não tinha adesão da comunidade porque esta não se reconhecia naquele espaço. É nesse contexto que, em 1971, surge o conceito de ecomuseu, a partir da junção das palavras “museu” e “ecologia”, . Um novo conceito para a museologia em ascensão, que levava em consideração o “meio ambiente global do homem associando o público ao conhecimento e à defesa desse meio”. (VARINE, 2000, p.65)

O conceito, criado por Hugues de Varine, é dividido em dois segmentos: os ecomuseus de ecologia e os ecomuseus comunitários. Sendo, o primeiro, uma forma de apresentar o meio ambiente à população local para que esta se concilie com ele. O segundo, se apresenta como uma ferramenta para o desenvolvimento comunitário, sendo produto de uma comunidade. Percebe-se que, no modelo apresentado de ecomuseu comunitário, a comunidade não é somente objeto, mas sujeito e agente do museu.

Em 1972 as teorias sobre a nova museologia haviam chegado na América Latina. Na Mesa Redonda de Santiago no Chile, organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), falava-se sobre um “museu integral”, cuja formulação pode ser comparada a de um ecomuseu, segundo Varine (2000). Entretanto, levava em consideração as especificidades políticas, econômicas, sociais e culturais da América Latina. Moro, que havia participado da Conferência Geral do ICOM, em Grenoble, em 1971, onde falou-se pela primeira vez em ecomuseus, inspirou-se também na Carta da Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972, para criar o Ecomuseu de Itaipu. Segundo Feijó (2018):

O Museu Integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de determinado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possuem ecomuseus de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória, e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais. (FEIJÓ, 2018, p.34)

É possível explorar, nesse sentido, as proposições feitas por Fernanda Moro em seu Plano Diretor do Ecomuseu de Itaipu (1986). Para ela, o Ecomuseu de Itaipu não poderia ser

baseado em outros ecomuseus existentes, era necessário criar um museu que atendesse as necessidades do território onde ele está inserido: a realidade de Itaipu, de sua região de abrangência e suas especificidades.

Não deverá ser um ecomuseu semelhante ou calçado em algum já existente, mas uma interpretação, uma fórmula equacionada à realidade local, a realidade de Itaipu, onde um projeto avançado puxa o fator tempo para o futuro, porém onde há todo um espaço a ser preservado, que paralelamente desenvolve-se em conjunto com o canteiro imenso de obras. (MORO, 1986, p.14)

Entende-se, portanto, que não se enquadra em nenhum dos dois segmentos propostos por Varine (2000). A proposta de Moro objetiva tornar o Ecomuseu de Itaipu um museu que tem como base de trabalho “a vinculação da região (TERRITÓRIO) com elementos representativos da natureza e do desenvolvimento cultural (PATRIMÔNIO) e com a população local (COMUNIDADE)” (MORO, 1986, p. 14). Um modelo de ecomuseu diferente dos que já existiam, diferente dos museus comunitários que já haviam chegado na América Latina, que unia as necessidades de desenvolvimento local e preservação, capaz de conciliar diferentes gerações com propósitos alinhados aos interesses do território e da comunidade local e da Itaipu.

É possível afirmar que Moro foi assertiva em sua proposta. O museu assumiu um papel maior do que apenas o de mitigador dos impactos socioambientais. Longe do trinômio do museu tradicional – edifício, coleção e público – o trinômio da Nova Museologia – território, patrimônio e comunidade – foi aceito pela Itaipu Binacional e o museu tornou-se um projeto que permite a flexibilização para atender às demandas da região. Logo, compreende-se que pode ser sempre mudado para que ajustes sejam feitos.

5. ASPECTOS ATUAIS

Após mais de 30 anos de funcionamento do Ecomuseu de Itaipu, diversas propostas de Moro tomaram forma, algumas não saíram do papel e outras ações foram acrescentadas. Em comemoração aos 30 anos do museu uma pesquisa foi elaborada pela historiadora Cláudia Feijó, resultando uma exposição temporária comemorativa e a publicação de um livro. Ao

longo de sua pesquisa, Feijó traz uma análise completa das atividades do museu desde sua inauguração. Ela o divide em quatro categorias: museu integral, museu educador, museu pesquisador e museu multiplicador.

Desde sua inauguração até meados dos anos 2000, o Ecomuseu de Itaipu focou suas ações na educação ambiental. Conforme proposto no Plano Diretor do Ecomuseu de Itaipu, foram desenvolvidas atividades no âmbito formal e informal para educação de jovens e adultos sobre o meio ambiente em que estavam inseridos. A exemplo dessas ações está o CEAI – Centro de Educação Ambiental do Iguaçu, criado em 1993 com o objetivo de capacitar professores que atuariam como agentes multiplicadores pelo território de abrangência.

Em 2003, com a ampliação da missão da Itaipu Binacional, que até o momento era voltada para a geração de energia, o Ecomuseu de Itaipu sofreu grandes mudanças. A nova missão trazia o discurso de geração de energia de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, de modo a impulsionar o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável no Brasil e Paraguai. Nesse contexto, surge o Programa Cultivando Água Boa ampliando, também, a área de abrangência que passou de dezesseis para os vinte e nove municípios que compõem a Bacia do Rio Paraná 3 (BP3).

A setorização proposta por Moro em seu Plano Diretor ganha um novo aspecto. O Ecomuseu passa, então, a ser dividido em dois programas: o Programa de Educação Ambiental e o Programa Valorização do Patrimônio Institucional e Regional. Segundo Ribeiro (2014), a nova posição do Ecomuseu de Itaipu teve como consequência a revisão da atuação do museu, que até então, baseava suas ações na prática pedagógica da educação ambiental. O Programa de Educação Ambiental foi inserido para tal, com equipe qualificada para exercer as devidas práticas pedagógicas. Com isso, a prática do Ecomuseu de Itaipu pôde focar sua ação nos assuntos patrimoniais, porém dando preferência para a gestão do patrimônio cultural, material e imaterial, regional e institucional.

A partir daí, atividades como os ciclos de memória, previstas no Plano Diretor, executadas até meados do ano de 1989, voltaram a existir. Foi criada, também, a Rede Regional de Cultura e Patrimônio da BP3, que, dentre diversas atividades, presta consultoria para os museus, organiza circulação de exposições itinerantes, promovendo desenvolvimento cultural dos municípios da área de abrangência.

Analisando o percurso histórico do Ecomuseu de Itaipu percebe-se a tentativa da Itaipu Binacional de atenuar os estragos causados pela grandiosa obra. Isso porque, o longo dos anos, diversas mudanças ocorreram, por pressão da comunidade, para que a abrangência das ações mitigadoras fosse maior. Entretanto, apesar das tentativas constantes de atenuação desses impactos, alguns são irreversíveis e não há restituição possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A partir da presente pesquisa foi possível compreender a singularidade do Ecomuseu de Itaipu, que surge como uma ação mitigadora dos impactos socioambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Entende-se que, dadas as condições de implantação, o museu assume caráter educativo e pedagógico, voltado para a questão ambiental.

Entretanto, não pode ser considerado nem um ecomuseu de ecologia, nem um ecomuseu comunitário, conforme conceitualiza Varine (2000). Sua singularidade está presente justamente no não enquadramento em experiências de ecomuseus anteriores. O Ecomuseu de Itaipu foi pensado para atender as demandas específicas da microrregião onde está inserido, levando em consideração aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais.

Conclui-se, portanto, que, apesar das tentativas de atender às demandas da comunidade atingida pela construção da usina, o Ecomuseu de Itaipu não deixa de ser um museu de uma empresa, que precisa, acima de tudo, defender a perspectiva da mesma. Dessa forma, percebe-se a existência de uma contradição nos discursos e nas ações, além de uma limitação para atender às demandas da comunidade, apesar da investida em um aspecto de museu flexível.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner *et al*, (org.). **Avá-Guarani**: a construção de Itaipu e os direitos territoriais. Brasília: ESMPU, 2019. 188 p. ISBN 978-85-9527-038-1.

CHAGAS, Mario et al. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 55, n. 11, June 2018. ISSN 1646-3714. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6364>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. Ecomuseu de Itaipu: Livro Texto. Rio de Janeiro: Mouseion, 1987.

FEIJÓ, C. **Ecomuseu de Itaipu**: 30 Anos. Foz do Iguaçu/PR: Clemente Design, 2019. 105 p.

ITAIPU BINACIONAL. Plano Básico de Conservação do Meio Ambiente. Foz do Iguaçu: [s.n.], 1975.

MATIELLO, Catiane; QUELUZ, Gilson Leandro. NARRATIVAS DA RESISTÊNCIA: história oral de vida de famílias desapropriadas pela usina hidrelétrica de Itaipu. **Histórica** : Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 49, ago 2011. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao49/materia05/texto05.pdf> Acesso em: 23 nov. 2019.

MORO, Fernanda. Ecomuseu de Itaipu: Plano Diretor. Rio de Janeiro: Mouseion, 1986.

RIBEIRO, Tatiara S. Damas; MOREIRA, Isabela das Costa. **Ecomuseu de Itaipu e Programa Cultivando Água Boa: gestão patrimonial comunitária na Bacia Paraná 3**. *Museol. Social*, v. 27, n. 41. Dez./2014. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2608>. Acesso em: 22 nov. 2019

VARINE, Hugues de. **O Ecomuseu**. In: Revista da Faculdade Porto-alegrense de Educação, Ciências e Letras, n.27, 2000. p.61-90.